

O futuro em São Bernardo

Matias Spektor

Folha de S.Paulo, 24.7.2013

O debate sobre diplomacia na Federal do ABC trouxe questões novas; pelo visto, respostas virão da esquerda.

Há anos o debate público sobre política externa é vítima de intensa polarização entre PT e PSDB.

Os defensores de Lula enxergam nele o artífice da diplomacia mais arrojada. Digno e altivo, ele teria inaugurado uma nova era. Fernando Henrique Cardoso, ao contrário, representaria a capitulação ao poder americano.

A cena favorita é a de um chanceler tucano tirando os sapatos em aeroportos americanos.

Do outro lado do ringue, estão os tucanos, para quem FHC teria normalizado as relações do Brasil com o mundo, restaurando-lhe as credenciais depois de anos de isolamento e atraso.

Para esse grupo, Lula sofreria arroubos irresponsáveis de estadista: a cena em reprise é o abraço dado no presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad.

A briga entre os dois bandos é atrativa em sua simplicidade: há mocinhos e há bandidos, numa fantasia que virou discurso hegemônico porque é sustentada por ambos os lados. Equivocada, a distinção empobrece a conversa sobre os rumos da diplomacia.

Felizmente, sopram agora ventos de mudança.

A Universidade Federal do ABC, campus São Bernardo, acaba de reunir movimentos sociais, centrais sindicais, ONGs, partidos de esquerda e intelectuais para três dias de debate sobre política externa.

Houve 600 participantes e 12 mil seguidores on-line.

Concebido na esteira das celebrações de uma década petista no poder, por seu palanque desfilaram ministros do governo, corporações amigas e acadêmicos alinhados ou simpáticos ao PT. A chave de ouro ficou por conta do próprio Lula, que fez a palestra de encerramento.

Só que o encontro não seguiu um script governamental. Em textos preparatórios para a conferência, em ricos embates durante os intervalos e na crítica de jovens ali presentes ao que ouviam das autoridades de Brasília, sentiu-se o cheiro do novo.

A lista de perguntas mais recorrentes surpreende pela novidade: De que forma a política externa pode ser posta a serviço da redução das desigualdades?

Como democratizar a formulação das posições oficiais do Brasil?

Como aumentar a transparência da diplomacia sem comprometer as negociações internacionais?

Quais são as implicações práticas de tratar a política externa como política pública?

Ao que tudo indica, a disputa por respostas ocorrerá à esquerda. Afinal, com exceção das reflexões recentes de FHC a respeito do futuro do equilíbrio de poder global, a oposição não pensa nem debate as relações internacionais do Brasil.

Em São Bernardo, vozes as mais díspares encontraram abrigo comum no lulismo.

Elas continuarão celebrando seu líder e descartando o que veio antes. Mas elas também trazem uma mensagem nova.

Como revelou o tráfego na internet durante a palestra do ex-presidente, os chavões e as frases de efeito arrancam risos e aplausos, mas apontam para um mundo e um Brasil que são passado.

Em campo progressista, a diplomacia de Lula é memória a ser celebrada, não lanterna do futuro.

x- x - x - x

Palpite infeliz

Sergio Fausto

Folha de S.Paulo, 5.8.2013

Dividir o mundo entre um "Norte decadente" e um "Sul emergente" foi um erro de diagnóstico da política externa brasileira recente

Um dos bons analistas de política externa da nova geração, Matias Spektor estava em um mau dia quando escreveu o artigo "O futuro em São Bernardo", publicado em sua coluna em 24 de julho.

No texto, ele diz ter ouvido vozes de renovação da política externa brasileira. Elas teriam vindo de uma conferência realizada pela Universidade Federal do ABC no contexto das comemorações dos dez anos do PT no poder.

Não estive na conferência nem tive acesso ao que ali foi discutido. Mas nada do que autor apresenta no artigo sustenta seu entusiasmo com o conclave petista.

Spektor começa com uma caricatura do debate atual sobre a política externa no Brasil. A discussão teria se transformado em um Fla-Flu entre os adoradores da política externa de Lula e os seus detratores tucanos (um retrato que não corresponde à realidade de um debate plural e mais qualificado de que ele próprio participa). E conclui com uma falácia: este é um confronto inútil, porque preso ao passado. Teria chegado a hora do pós-tudo. O futuro, porém, viria do campo hegemônico pelo PT.

O argumento do articulista revela uma estranha concepção do que seja o passado: como é possível considerar página virada da história uma política externa em execução há dez anos, por um grupo político que ainda está no poder e se propõe, legitimamente, a nele permanecer? Já a sua noção do futuro é

puramente enganosa: como construí-lo sem rever criticamente o passado, que aliás é presente?

A política externa dos dez últimos anos tem, a meu ver, dois grandes defeitos: um deles de diagnóstico, outro de execução. O primeiro foi dividir o mundo entre um "Norte decadente" e um "Sul emergente" e colocar nossos melhores ovos na cesta deste não raro em detrimento das nossas relações com aquele.

Apressadamente, associou-se a decadência do Norte ao suposto naufrágio do capitalismo liberal e a emergência do Sul à afirmação irreversível de modelos mais afinados com o capitalismo de Estado.

Mal comparando, uma espécie de "fim da história" às avessas, para lembrar o livro famoso de Francis Fukuyama. Nesse quadro mental, exagerou-se a perda relativa de poder dos Estados Unidos e superestimou-se, ingenuamente, a convergência de interesses entre o Brasil e o "Sul", China à frente.

Esse erro de diagnóstico esteve desde logo influenciado pelas preferências ideológicas dos formuladores e executores da política externa brasileira. As mesmas que os levaram a ter postura dúbia com regimes populistas autoritários, embora eleitos, na América Latina, para não mencionar governos brutais na África.

As falhas de execução derivaram da busca frequente pela projeção instantânea das imagens positivas do país e do presidente Lula, como se ambas se confundissem. Isso em prejuízo de uma avaliação mais realista dos meios e modos ao alcance do Brasil para intervir na cena internacional, a exemplo do malogrado acordo em torno do programa nuclear iraniano.

Outro equívoco consistiu em o presidente da República tomar partido em eleições em países vizinhos.

A construção do futuro da política externa brasileira passa necessariamente por uma revisão crítica profunda dos últimos dez anos. Não se trata de arremessá-los na lata de lixo da história, como se fossem pura herança maldita, pois não apenas eles fazem parte do acervo diplomático do Brasil como também produziram alguns resultados virtuosos.

Trata-se, isto sim, de tirar lições desse período da política externa e, para tanto, é preciso rever diagnósticos, questionar premissas ideológicas e reconhecer erros de execução. Não creio que o PT esteja em condições de fazê-lo, por mais que Spektor se esforce em ouvir as vozes de São Bernardo e pretenda interpretá-las como presságios de uma boa nova.

x- x - x - x

Algo melhor

Matias Spektor

Folha de S.Paulo, 7.8.2013

O debate de política externa melhoraria se intelectuais tucanos oferecessem uma alternativa a seus rivais

Dilma acaba de assinar a lei que cria um Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. É a primeira vez que uma entidade terá competência exclusiva para visitar prisões, centros de detenção militar e hospitais, mesmo privados. Poderá documentar casos de abuso e demandar soluções.

No primeiro semestre de 2012, houve 877 denúncias de tortura no país. Registraram-se 932 em seis meses deste ano, mais de cinco por dia.

O projeto de lei original previa que todos os peritos seriam indicados pela Presidência da República. A sociedade civil caiu em cima e ganhou a briga no Congresso. Há hoje um comitê consultivo que decide.

A resistência a criar um mecanismo dessa natureza foi formidável. Em Brasília, muitas autoridades alegam que a responsabilidade por combater a tortura não é da União.

Há pouco mais de um ano, em Harvard, Dilma disse assim: "Eu sei o que acontece... Não tenho como impedir, em todas as delegacias do Brasil, de haver tortura".

A pressão da sociedade civil organizada e o clamor das ruas a fizeram mudar de opinião. Para melhor.

Há duas semanas, afirmei que o debate de política externa tem sido vítima de uma empobrecedora polarização PT-PSDB. As vozes que misturam arrogância e ignorância podem ser ouvidas dos dois lados.

Por isso, celebrei uma conferência recente sob auspícios do PT. Contrariamente ao que esperava, encontrei gente menos preocupada em endeusar Lula e criticar FHC do que em democratizar a política externa e pô-la a serviço da redução das desigualdades.

Não sou petista e discordo de muito do que li e ouvi, mas há gente de primeiro nível produzindo coisas novas que merecem discussão.

Tampouco sou tucano, mas lamentei a ausência de iniciativa similar em campo oposicionista.

O superintendente da Fundação iFHC não gostou. Partiu para o ataque, seguindo a cartilha.

Sem compunção, Sergio Fausto afirmou: "Não estive na conferência nem tive acesso ao que ali foi discutido". O material está disponível na internet.

Porém, desinteressado por substância, ele descartou o encontro de antemão. E decidiu apelar para velhas cantilenas.

Afirmou que Lula acobertou vizinhos de talho autoritário, em referência a Chávez. Sobre o apoio diplomático do tucanato a Fujimori, nada. Repetiu que Lula fez diplomacia ideológica. Sobre a poderosa ideologia por trás da diplomacia de FHC, silêncio.

Alguma contraproposta à conferência petista? Claro que não.

Alguma sugestão prática? Sim: examine-se criticamente a década petista, sugeri. Não a Tucana.

O deserto de ideias é um problema bem identificado pelo próprio FHC. "Se as oposições pretenderem sobreviver ao cataclismo, a hora é agora", escreveu domingo passado.

A qualidade de nosso debate público sobre política externa melhoraria muito se os intelectuais tucanos saíssem da toca, ouvissem atentamente o que seus opositores à esquerda estão começando a dizer e tentassem oferecer, então, uma alternativa melhor.